

**Informativo Eletrônico produzido pela Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU**

Brasília, 14 a 18 de fevereiro de 2022 – Nº 447

[Equipes do STF e do STJ discutem novos procedimentos em acordo de cooperação na gestão precedentes](#)

[Ministro Alexandre de Moraes assegura a entes públicos legitimidade para propor ação por improbidade](#)

[STF define critérios para decretação da prisão temporária](#)

[É válido pedido de congelamento de dados telemáticos antes de autorização judicial, decide Sexta Turma](#)

[Pesquisa Pronta destaca fundamentação de prisão preventiva e comprovação de feriado local](#)

[Informativo de Jurisprudência trata de improbidade administrativa e crime de injúria pela internet](#)

[Repetitivo vai decidir sobre exclusão do ICMS-ST da base do PIS/Cofins devido pelo contribuinte substituído](#)

[Jurisprudência em Teses traz novos entendimentos sobre o Pacote Anticrime](#)

[ConJur realizará debates preparatórios sobre Direito Digital para a IX Jornada de Direito Civil](#)

[“Série Monografias do CEJ”: prorrogado para 20 de março o prazo de entrega de trabalhos](#)

[IX Jornada de Direito Civil terá comissão dedicada ao direito digital](#)

[Inscrições abertas para o curso on-line “Novo Regime da Improbidade Administrativa”](#)

[Comitê Executivo do Pacto da Desjudicialização da Previdência Social realiza primeira reunião do ano de 2022](#)

[IX Jornada de Direito Civil: dinamismo das relações sociais exige interpretação atualizada do Código, afirma ministro Salomão](#)

[Aberto o prazo para envio dos trabalhos ao “Prêmio de Sustentabilidade da Justiça Federal”](#)

**Informativo STF - Nº 1043**

**Pesquisa CAJU**

[Direito à saúde: fornecimento de medicamentos](#)

Conheça a [CAJU](#)

Para acessar as edições anteriores do InfoCAJU, clique [aqui](#)